

O AUMENTO DO PÚBLICO LEITOR DE JORNAIS, REVISTAS E LIVROS

Mário L. Erbolato

(Professor do IAC/PUCCAMP)

Este trabalho foi apresentado ao 1º Congresso Brasileiro de Ensino da Comunicação Social, promovido pela ABECOM (Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social), realizado em S. Paulo, de 12 a 16 de maio de 1986, com o patrocínio da FELAFACS (Federación Latinoamericana de Asociaciones de Facultades de Comunicación Social), Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero e Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo, e apoio da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social).

Manhã do dia 28 de fevereiro de 1986. O presidente José Sarney anuncia, em cadeia de rádio e televisão, uma série de medidas econômicas, para conter a inflação, que naquele mês foi de 15%, contra 17,8% em janeiro, segundo a Fundação Getúlio Vargas e sem perspectivas de diminuir, pois somara 265,8% em um ano.

O cruzeiro, com o corte de três zeros (ou algarismos) é substituído pelo **cruzado**, nome da moeda criada por D. Sebastião, rei de Portugal e adotada por D. João VI, no Brasil Colônia. Agora é a moeda forte e, para ela devem ser convertidas, com a aplicação de fórmulas, as dívidas e compromissos concluídos até a véspera de sua instituição.

Antecipa-se a data-base do salário mínimo, de 1º de maio para 1º de março. Todos os preços são congelados, incluindo a prestação de

serviços particulares e as tarifas de serviços públicos. Trabalhadores que teriam reajustes superiores a 100%, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) e que chegara a 105,48% no semestre, ouvem, pelos meios de comunicação audiovisuais, que o governo elaborara uma fórmula para todas as categorias, baseada na média dos ordenados dos últimos seis meses.

O país entra em uma “guerra contra a inflação”. É uma sexta-feira, tensa, de incertezas, mas também de esperanças. De surpresa, declara-se feriado bancário, para evitar saques de depósitos em contas-corrente e possibilitar três dias seguidos, até segunda-feira, destinados a esclarecimentos, reflexão e medidas complementares.

Todas as decisões do governo se apoiam em um decreto-lei, assinado naquele 28 de fevereiro e têm como suporte a antiga e esquecida Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, que permite o fechamento de empresas que não venham a cumprir determinações oficiais.

A população não abandona seus rádios portáteis e os que podem ficar em suas residências, sentam-se diante dos televisores, ligados ininterruptamente, ouvindo (e ouvindo e vendo) as notícias e entrevistas que procuram esclarecer o que fora anunciado pela manhã. Há, também, dúvidas, inquietação, aplausos, expectativa. À medida em que repórteres e autoridades falam, esclarece-se um pouco mais, porém ocorrem aparentes contradições. Constata-se a ausência de diretrizes para os aluguéis comerciais, pagamento das despesas de prédios em condomínio, mensalidades escolares e honorários médicos.

Esse chamado “pacote econômico” ou “choque heterodoxo” foi um dos fatos nacionais de maior destaque, em toda a história do país, pelo impacto e repercussão, idêntico, talvez, ao da morte do presidente Tancredo Neves. Houve vozes isoladas que compararam as deliberações de José Sarney, em importância, à abolição da escravidão e à proclamação da República. O tempo dirá.

Jornais aumentam as tiragens

No dia seguinte — e por muito tempo ainda — os jornais dedicaram a maioria de suas páginas à reforma econômica e publicaram as primeiras listas dos preços congelados, fornecidas pela Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento). As edições se esgotaram rapidamente. Outras foram rodadas em seguida e muitos matutinos e vespertinos triplicaram as suas tiragens. Admite-se que teria havido a venda de jornais no **câmbio negro**, tal como procedem os cambistas, quando há importantes jogos de futebol, apresentação de famosas companhias de balé e comédias

ou grandes espetáculos populares. Pessoas mais entusiasmadas teriam pago, por um exemplar, entre Cr\$50 mil e Cr\$100 mil (ou Cz\$50 e Cz\$100).

A revista **Veja** "passou a barreira de um milhão de exemplares o que constitui um recorde absoluto no jornalismo brasileiro. Desse total 391.400 unidades foram vendidas em bancas, quando até então, a marca máxima de vendagem fora de 289.499, por ocasião da edição especial sobre a morte de Tancredo Neves"¹. Uma edição da **Folha** "que lançou um suplemento extra, vendido separadamente, alcançou a tiragem de 1.714.000 exemplares"²

O jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, em matéria publicada no **Jornal do Brasil**³, em 30 de março, afirmou: "Eram milhões de leitores que estavam tendo pela primeira vez um corpo-a-corpo diário com a notícia impressa e, boa parte deles, passados os dias iniciais de impacto, pretendem cultivar para sempre o novo hábito adquirido". Ainda de acordo com Joaquim Ferreira dos Santos, "as assinaturas da **Gazeta Mercantil**, um jornal dedicado aos assuntos de economia e negócio, tiveram um aumento espetacular em março"⁴.

Por que esse interesse todo? Como explicar a disputa pelas tiragens dos órgãos de imprensa, até por parte de homens que nem seriam capazes de citar o nome de dois ou três jornais? É que tudo mudara, para pobres e ricos. Ainda que o presidente José Sarney, desde os primeiros dias de seu governo, tivesse se dedicado a um trabalho intenso, pouco de prático resultara até fevereiro, para a melhoria da situação sócio-econômica no país. E é, ainda, uma característica do brasileiro achar os atos oficiais **bons apenas no papel**, pois dificilmente são cumpridos na íntegra. Bom exemplo é a Lei Delegada nº 4, guardiã do "pacote econômico", retaguarda para todas as punições aos que infringirem o tabelamento e que, só recentemente, anos depois de vigência, foi **lembrada** e aplicada!

Peço desculpas por haver, aparentemente, fugido do assunto que devo abordar e que é: **Contribuição das Escolas de Comunicação para a Constituinte – Democratização da Informação: o imperativo da expansão do público leitor de jornais, revistas e livros**. Fiz esta introdução com o objetivo de dizer, baseado em fatos, que é possível ampliar o alcance dos meios de comunicação social impressos e que o público pode ter, como teve, maior interesse por eles.

As relações de preços e as tabelas de conversão dos cruzeiros em cruzados foram republicadas durante mais de um mês, embora ocupassem grandes espaços. Os leitores, eventuais ou há anos fiéis à imprensa, deram carinhosa atenção às informações especiais e aos cadernos e suplementos da **nova Economia**. Plastificaram as tabelas e as levaram nos bolsos, para a eventualidade de efetuarem uma compra. Não retiraram uma só mercadoria da prateleira de supermercado, sem constatar antes que os

preços das etiquetas e os que estavam nas listas impressas eram idênticos. E foi com páginas de jornais e revistas nas mãos, que os leitores falaram com gerentes de casas comerciais, grandes e pequenas, tentando convencê-los que deveriam baixar o que estava acima do fixado pela Sunab.

E foi, também, orientados pelos jornais, que homens e donas-de-casa provocaram prisões, em flagrante, de infratores do tabelamento. As tiragens extraordinárias chegaram às favelas, às vilas de Cohabs e a bairros pobres e distantes. Quantos brasileiros não compraram, em fevereiro de 86, pela primeira vez, o **seu jornal**, o jornal do próprio dia e puderam **conhecê-lo**, lendo os seus títulos e algumas notícias ao alcance do nível de instrução que possuíam ?

Mais importante que o pretendido **choque heterodoxo** e, em consequência dele, foi que, no início de março, a informação se ampliou e se democratizou. Não tanto quanto seria desejável, mas chegou, sem censura, a humildes cidadãos que em grande parte viam nos jornais exclusivamente uma das formas de ganhar um pouco mais de dinheiro, vendendo-os por quilo, como papel velho para quitandas e a pequenas fábricas, a fim de servir de proteção a mercadorias encaixotadas.

Os brasileiros, ao lerem as tabelas da Sunab, receberam informações que eram ao mesmo tempo nacionais e locais e também do interesse de todos e de cada um. Matutinos criaram seções para esclarecer dúvidas dos leitores, recorrendo à colaboração de advogados e economistas. As perguntas versaram sobre aluguéis, pagamentos de parcelas de crediários, contratos de locação próximos do vencimento, multas, utilização de cartões e outras. Em cada residência, uma dúvida, uma indagação e, em seguida, um telefonema ou uma carta ao jornal e a resposta com o crédito e a fé que as letras impressas ainda conservam. Presente, uma vez mais, a afirmação: **Se o jornal publicou, é verdade !** Ou o grito firme de donas-de-casa, em palanques e passeatas, defendendo o tabelamento: **O jornal é nosso guardião !**⁵

É possível a expansão do público que lê

Embora em uma ocasião excepcional, comprovou-se que é possível à imprensa brasileira ampliar o número de seus receptores e atingir índices de leitura extraordinários, se comparados com os do dia-a-dia, atualmente um dos menores do mundo. A expansão do público leitor — indagamos — não dependeria de uma alteração profunda na política editorial de cada empresa, além de campanhas que viessem a desenvolver para mostrar o **produto** (a notícia, o comentário e a interpretação) que têm à venda ? E, se positiva for a resposta, o que deve ser publicado nas

páginas da grande, da média e da pequena imprensa? Alterar o que, do conteúdo que habitualmente vêm oferecendo?

A situação foi exposta por Mauro Salles, ao falar na abertura do VII Ciclo de Estudos da INTERCOM, promovido na PUC/SP, na semana de 2 a 7 de setembro de 1984, ocasião em que declarou: "a mídia impressa cobre de 23 a 30% da população e, nesse índice, não se incluem somente os jornais e livros, mas também apostilas, cópias xerox, enfim tudo que se possa ter impresso no Brasil". Isso, prosseguiu Mauro Salles, "implica que a unidade leitora não passa de 30% da população e que cerca de 70% da população brasileira, independentemente de estar ou não alfabetizada, não lê praticamente nada. Absolutamente nada. Ou seja, não lê livros, não lê cadernos, somente notas de supermercados, talvez os cartazes de rua, quando indo e voltando do trabalho, mas enquanto mídia, enquanto meio de comunicação, este índice tende a zero"⁶.

Constituinte e Escolas de Comunicação

O que pode fazer uma Assembléia Nacional Constituinte para a área da comunicação social? O jurista, professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho não reconhece à Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, em vigor, outorgada pela Junta Militar que substituiu o presidente Artur da Costa e Silva, o caráter de **Constituição Nova** e pondera: "Não há, pois, Constituição de 1969 e sim Constituição de 1967 com nova redação, promulgada pela referida Emenda nº 1."⁷.

Para que uma nova Constituição cumpra os seus objetivos — escreve Moacir Pereira — "há que adotar, em toda a extensão, os direitos sociais e econômicos, com um forte conteúdo reformista, que venha a promover a correção das injustiças sociais, reduzindo as desigualdades regionais e eliminando os bolsões de miséria que marcam hoje os principais centros do país"⁸.

A contribuição das Escolas de Comunicação para a Constituinte poderia dividir-se em três grupos:

- a) assuntos de interesse geral dos brasileiros;
- b) propostas para a melhoria do ensino;
- c) medidas de incentivo à produção e difusão da informação.

As emendas que sugerimos constarão do apêndice a este trabalho. Em nenhuma delas, destacamos logo, se incluiria a obrigatoriedade da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, que não constitui tema constitucional, mas afeto apenas à legislação ordinária. A Carta Magna deve traçar princípios gerais, não descer a pormenores e

nem inserir, em suas disposições gerais e/ou transitórias, determinações óbvias e comezinhas, como constou da que foi promulgada em 16 de julho de 1934, na qual houve a seguinte **preciosidade**: "Art. 26. Esta Constituição, escripta na mesma orthographia da de 1891 e que fica adoptada no paiz, será promulgada pela Mesa da Assembléia, depois de assignada pelos Deputados presentes, e entrará em vigor na data da sua publicação".⁹

A liberdade: garantia fundamental

Entre os **direitos e garantias individuais** de interesse geral e que tecnicamente constituem um Capítulo todo e abrangem, em grande parte os comunicadores, destaca-se a liberdade. É a liberdade de expressão do pensamento. A liberdade de publicação de jornais, revistas e livros. A liberdade de se utilizar o rádio, a televisão e o cinema sem pressões econômicas ou oficiais. A liberdade para todas as notícias, favoráveis ou desfavoráveis, serem veiculadas pelos meios audiovisuais. A liberdade de troca de correspondência e de mensagens telegráficas, telefônicas ou por qualquer outro meio. A liberdade para a defesa da lesão de direitos individuais. A liberdade de ser respeitado o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, para que um decreto-lei não anule ou altere situações que representaram acordo de vontades, homologados pelo Poder Judiciário. A liberdade de consciência e de cultos religiosos. A liberdade de se escolher a profissão que se queira. A liberdade para ninguém sofrer distinções por motivo de raça, sexo, trabalho, estado social, cor, credo religioso ou convicção política. A liberdade de se assegurar a produção de obras artísticas e poder exibi-las. A liberdade para que a casa continue a ser o asilo inviolável do indivíduo. É não haver prisões arbitrárias. É dar o direito de defesa aos que forem acusados de crimes. É impor ao detento o mínimo de respeito à sua integridade física e moral. É ter o direito de ir e vir, amparado pelo **habeas corpus**. É a liberdade de impetrar mandado de segurança para a defesa de direito líquido e certo. É assegurar o direito de propriedade. É a liberdade de fazer (ou não fazer) o que a lei determinar. É a liberdade de as produções literárias, artísticas e científicas e os inventos merecerem a proteção do Estado.

É a liberdade de fiscalizar não só comerciantes que cobram cinco ou dez centavos a mais nas mercadorias, mas também a de denunciar os políticos apontados como possíveis autores de atos dolosos e que hoje permanecem impunes, protegidos pelas imunidades parlamentares, com Resoluções do Congresso Nacional, votadas pelo plenário, que sustam os processos contra eles em curso no Supremo Tribunal Federal. É a liberdade, enfim, de o jornalista investigar e ir até o final das suas campanhas, sem influências, diretas ou indiretas.

Nenhum ato restritivo

Adotaríamos, porém com modificações a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América, adaptada ao Brasil e originalmente do teor seguinte: **“O Congresso não legislará** no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos **ou cerceando a liberdade de palavra ou de imprensa**, ou o direito do povo de se reunir pacificamente e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos” (Os grifos são nossos)¹⁰.

Tomar-se-ia o cuidado de impedir que o Executivo, passando sobre a soberania da representação popular, que é o Congresso Nacional, viesse, como tem ocorrido, a impor restrições por decretos-leis, decretos, portarias, avisos e circulares, com a classificação ou não de serem secretos ou confidenciais.

Esperamos que a Assembléia Nacional Constituinte assegure a liberdade de expressão de pensamento, **sem restrições, ou condições**, em um texto que proíba todo e qualquer ato, medida, ação ou determinação, que cerceie, o mínimo que seja, a livre manifestação da imprensa.

Além da liberdade, os meios de comunicação devem ter facilidades para se constituírem e funcionar, livres de tributos, exceto a contribuição para a previdência social. Não como favor do Estado, mas como um direito. E, em nosso ponto de vista pessoal, a imunidade fiscal não deve ter fronteiras, mas atingir a toda e qualquer empresa que vise divulgar a informação, seja a grande e poderosa, seja a que disponha apenas de uma pequena sala, ou de um ponto de encontro para o preparo de um boletim.

Melhoria do ensino

Passemos, agora, ao grupo de sugestões para a melhoria do ensino. Parece-nos que, se cumprido o que já vigora, devidamente regulamentado e com pequenas supressões e acréscimos, atingiremos um nível superior de qualidade de conhecimentos, dos jovens que, nos vestibulares, mostram o que aprenderam, assinalando entre várias opções, uma que julgam a certa, nos testes a que se submetem.

O artigo 176 da Constituição prestes a ser substituída, determina que o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, gratuito nos estabelecimentos oficiais e ministrado somente na língua nacional. Será igualmente não pago o ensino público para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos. Haverá (ou há) concessão de bolsas de estudos.

A liberdade de cátedra deve ser assegurada sem restrições, também, e não como vige, com ameaça de punições.

A Emenda Constitucional nº 24, de 1º de dezembro de 1983 assegurou que “anualmente a União aplicará nunca menos de treze por cento e os Estados e o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Proponho que esses percentuais sejam majorados.

As diretrizes atuais seriam suficientes para termos um ensino, se não ótimo, pelo menos bom. É preciso, todavia, que se garanta o cumprimento desses dispositivos, com a inclusão de artigos ou parágrafos, que esclareçam constituir crime a desobediência às normas constitucionais, para não torná-las letra morta. O ensino primário oficial enfrenta dificuldades. As escolas urbanas são assaltadas, seus arquivos impunemente destruídos e os alunos, quando vão às aulas, não mostram estado de espírito suficiente para acompanhar as explicações dos professores. A polícia tornou-se impotente para impedir os atos de vandalismo. Às vezes são policiais ou ex-policiais que dirigem quadrilhas ou delas participam! Jovens prestes a concluir os seus cursos, não bastasse o temor de serem agredidos ou assassinados, chegam aos colégios cansados e desnutridos, porque trabalharam o dia todo, sem parar, como **guardinhas** ou **patrulheiros**, em firmas movimentadas, com vantagem para as duas partes. As empresas pagam pouco pela mão-de-obra sem vínculo empregatício e os moços e moças têm a oportunidade de ganhar um terço ou meio salário mínimo, que de outra forma não lhes seria possível, porque **ainda** não atingiram a idade legal para o trabalho e os possíveis empregadores não querem assumir a obrigação dos encargos sociais. Mesmo assim, dos males o menor. Pior se fossem ampliadas as **turmas de trombadinhas** e de outros pequenos infratores. É essa juventude, dinâmica, digna de todo apreço que, quando possível, vai frequentar as Universidades e, nelas, as Escolas de Comunicação.

O problema “**ensino**” é complexo. Envolve desapropriação de terrenos, construção de prédios, compra de mobiliário, instalação de laboratórios e bibliotecas e nomeações de professores e funcionários administrativos. E, com o aumento da violência — que só decresce na propaganda oficial, nas vésperas de eleições — cada escola exigiria pelo menos uma viatura policial a rondá-la permanentemente.

Estará o governo empregando o percentual fixado pela Constituição? Recentes notícias nos informam que ainda há resistências no Interior. Há Prefeituras que se utilizam da verba “**ensino**” para fins diversos, tentando relacioná-la com outras. Os vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos se diluem na compra e manutenção de luxuosos carros para os Secretários de Educação, Esporte, Turismo e Cultura ou

veículos que transportam atletas-mirins e juvenis participantes de competições poli-esportivas. Livros, cadernos, laboratórios e melhoria das salas de aulas ficam para as **calendas gregas**, sob a alegação de que podem ser **vítimas da fúria dos ladrões...**

Prefeituras e firmas preferem investir na **adoção de atletas**, porque se um deles vier a vencer em competições intermunicipais, estaduais e nacionais, regressa a sua cidade com grandes festas, precedido por bandas de música. A multidão recebê-lo-á com palmas, vendo-o percorrer as ruas principais sobre um carro do Corpo de Bombeiros. É a vitória do atleta, a projeção do Prefeito, a propaganda da empresa que o **adotou**. Para que dar bolsas de estudos, se a maior das revelações em qualquer campo do conhecimento científico, técnico ou artístico, retornaria à sua terra humildemente? Talvez o maior espaço do dia na imprensa local fosse destinado ao goleiro ou atacante contratado nas véspera por milhares de cruzados, para defender o clube de futebol que é o cartão de visitas da região.

Englobando verbas diversas, alguns Municípios e Estados deixam o mínimo para o ensino, assim entendido como a transmissão de conhecimentos e aprendizado. Quem menos recebe é o professor, mal pago, sem quadro de carreira, ou quando este existir, com altos degraus, de acesso difícil e demorado. O aluno pouquíssimo é beneficiado.

Aulas no ciclo colegial são dadas em péssimas condições. Professoras são agredidas física e geralmente por elementos que se infiltram entre os alunos. Bibliotecas não passam de projetos, ou seus acervos são constituídos por livros doados por particulares, para desocupar espaço em suas residências. Muitas obras tiveram páginas arrancadas, ou está necessitando de encadernação, que jamais será feita. O futuro aluno universitário tem seus conhecimentos limitados aos livros e cadernos padronizados. Cada turma que recebe seu certificado de conclusão de curso é constituída, com pouquíssimas exceções, por jovens que têm os mesmos conhecimentos estereotipados e uma formação cultural extra-classe, estandardizada, adquirida pela permanência durante horas, diante dos televisores, com seus programas de ilusão, de fundo moral pouco recomendável e que ensinam cambalachos¹, intrigas e o não cumprimento do dever.

Notícias do povo e para o povo

Seria erro pretendermos que as Escolas de Comunicação formassem jornalistas para atuarem exclusivamente na chamada **grande imprensa**. É certo que devemos preparar os alunos com conhecimentos e experiências que lhes permitam candidatar-se a vagas nos matutinos de

tradição, ou nas revistas de informação, que a cada semana ganham terreno, ampliando o número de assinantes.

Mas é compromisso nosso, de professores, mostrar que os debates, as sugestões, as lutas através da palavra e as realizações de vulto podem ser desenvolvidas também em outros veículos: os seminários, os boletins, os jornais de bairros, a imprensa religiosa, os porta-vozes dos imigrantes. Não somos contrários à **grande imprensa**, que tem sido classificada até como de **circulação nacional**. Ela é necessária para abordar temas que interessam a um leitor de maior cultura, às altas classes políticas e econômicas e ao brasileiro de um modo geral. Porém, os grandes jornais, por cuidarem das questões de vulto, não reservam espaços para assuntos aparentemente rotineiros, mas que seriam lidos por milhares de pessoas.

Um matutino de S. Paulo, capital com mais de dez milhões de habitantes, superior à de alguns países, jamais poderá dar informações e veicular queixas e pedidos que, com facilidade, são inseridos nas colunas do pequeno diário de uma localidade com dez ou quinze mil moradores. E, se o fazem, é sem destaque. A matéria pode surtir efeito junto às autoridades, mas os interessados na solução não se entusiasmam com dez ou quinze centímetros, ou linhas, em corpo sete ou oito.

A tendência dos meios de comunicação impressos é a segmentação. Enquanto a **grande imprensa** noticia os debates no Congresso Nacional, os pronunciamentos políticos e os conflitos internacionais, as vítimas da miséria continuam indefesas, sofrendo, sem assistência médica adequada, passando por privações, mal nutridas, esquecidas e — quem sabe? — constituindo um incômodo para as administrações, que sonham em gastar o dinheiro público em obras, sem destinação social, mas que possam ser vistas e perpetuadas pela sua grandiosidade. Pior, ainda, quando outros propósitos animam alguns maus políticos, que pediriam, receberiam ou receberam (sem prova alguma) comissões dos vencedores de grandes concorrências públicas...

Razão, e muita, tem o professor dr. José Marques de Melo, ao escrever: "Torna-se evidente que os caminhos da imprensa comunitária no Brasil estão inseparavelmente ligados à luta pela transformação da estrutura social e econômica do país, no sentido da implantação de uma democracia política. Luta que assegure as condições para o estabelecimento de organizações autenticamente comunitárias. Luta pela socialização econômica, de modo a retirar a maioria de nossa população das condições de fome e miséria em que se encontra atualmente, integrando-a à vida nacional, em condições de participar plenamente da sociedade".¹²

Havendo facilidades para a criação e funcionamento de periódicos (isenção de tributos, eliminação da burocracia) e a inexistência de pressão oficial e econômica, surgirá (ou se desenvolverá) a imprensa

que refletirá o que pretendem e querem os marginalizados, os oprimidos, os que nem mesmo têm consciência do mínimo de direito que lhes pode ser assegurado.

Reportando-nos às afirmações do início deste trabalho, lembramos que de março e até agora, onde quer que se vá, por toda a parte, há listas de preços, distribuídas hoje com '**entusiasmo cívico**' pelos cabos eleitorais dos candidatos à Assembléia Nacional Constituinte. Nas feiras livres as Prefeituras atualizam, várias vezes por quinzena ou semana, o valor dos chamados produtos hortifrutigranjeiros. E o povo lê. Lê e continua a comparar os preços.

Se os grandes matutinos, e com eles os vespertinos populares já procurados pelo **homem comum**, continuarem escrevendo a linguagem fácil do cidadão humilde, defendendo as posições que o trabalhador merece, o número de leitores continuará aumentando. O "pacote econômico" fez o povo **descobrir** os jornais. Agora é conservá-los, com um diálogo permanente, pois as condições são favoráveis: os preços da venda avulsa e das assinaturas permanecem congelados e os orçamentos domésticos sob controle. E estão ocorrendo as compras de impulso, além do desejo de **aproveitar a ocasião**.

Os periódicos têm respeitabilidade e importância. Alunos de Jornalismo da PUC de Campinas elaboraram, no final de 1985, um Projeto Experimental para a Associação das Empregadas Domésticas daquela cidade. A equipe de formandos esclareceu no editorial do primeiro exemplar de quatro boletins mimeografados de 16x21 centímetros: "O conteúdo das matérias aqui abordadas não partiu de nós, mas das próprias domésticas que, melhor do que ninguém, sabem o que deve ser denunciado, ou simplesmente divulgado". Algumas das matérias inseridas foram: direitos das domésticas, conquistas da sua Associação, a exigência de contribuírem para o INPS através de carnês, como deveria ter sido feito o reajuste salarial em novembro de 1985, forma de obter assistência médica e jurídica dada às associadas e a importância da Assembléia Nacional Constituinte (pedido sugestões).

Ainda na série de Projetos experimentais da PUC de Campinas, jornais murais foram instalados no Parque Portugal, onde há uma lagoa com réplica da caravela de Pedro Álvares Cabral, logradouro bastante frequentado para testes de Cooper e passeios à sombra das árvores. A Prefeitura aprovou e apoiou a iniciativa e pretende levar os murais a diversas praças e bairros, pontos terminais de linhas de ônibus e ao próprio centro da cidade.

Os dois exemplos dos universitários campineiros nos encorajaram. Continuamos acreditando na segmentação dos meios de comunicação social.

O financiamento das despesas dos periódicos não constituirá obstáculo. Jornais pequenos não precisam ter oficinas próprias, podendo

recorrer às de terceiros. Sem finalidades de lucro, mas visando somente equilibrar receita e despesa, não faltarão anúncios do varejista que vende aos integrantes da categoria. Em boletins mais modestos, o mimeógrafo e a reprodução via xerox baratearão os custos. O dinheiro virá de patrocinadores (que devem ser selecionados para não haver influências), ou como já ocorreu, com rifas de livros ou de objetos de artesanato. Minas não nos deu o **Jornal do Poste**, com edições extraordinárias seguidas, que 'circulou' diariamente, durante 27 anos, dirigido por João Lobosque Neto, o **Joani-no**, sem perder "um feriado, domingo, dia Santo, com sol, chuva ou qualquer tempo" ? Com a morte de seu diretor, a família afirmou que daria continuação ao seu diário. Aliás, na mesma cidade, São João Del Rey, há outro mural: o **Jornal do Povão**.¹³

No dia em que tivermos periódicos para dezenas de categorias e em cidades de todo o país, mesmo com pequenas tiragens, multiplicando-se o número deles pelas suas circulações, chegaremos a um total surpreendente. Falando mais uma vez da **grande imprensa**, seus dirigentes já constataram que, neste ano, estão gastando mais papel. Ou seja, que atingiram maiores tiragens. Que o povo brasileiro leu. Está lendo. Deve continuar assim !

Livros: como popularizá-los ?

Resta-nos abordar as medidas para a expansão do público leitor de livros. Como consegui-lo ? Três aspectos necessitam ser considerados: o estímulo ao escritor e às editoras, uma distribuição que atinja a todas as livrarias (e também bancas de jornais, supermercados, farmácias etc.) e a facilidade de acesso do público a qualquer obra, com o direito de levá-la para casa, lendo-a nos momentos disponíveis e anotando, à parte, os pontos, trechos ou frases pelos quais se interessar.

Laurence Hallewell, em **O Livro no Brasil**¹⁴ enumera iniciativas que visaram a popularização de inúmeras obras. Surgiram os **livros de bolso**, as edições **aprenda sem mestre**, os manuais práticos e as reimpressões de obras caídas no domínio público. E, mais, os fascículos com as capas vendidas assim que o número deles permita a encadernação. Para atrair o comprador foram lançadas as séries com temas gerais e especializados.

Uma pesquisa de mercado — ainda segundo Laurence Hallewell — revelou que "a maioria dos brasileiros deixa de comprar livros para leitura de lazer, porque além dos autores conhecidos e detestados do tempo da escola, simplesmente não sabem que outra coisa ler"¹⁵. Muito se faz para expandir o mercado editorial. Há o Clube do Livro e **firmas** que

aceitam sócios com a obrigação do pagamento de jóias e mensalidades, permitindo-lhes retirar dois, três ou mais títulos por empréstimo, com o compromisso de devolvê-los em curto prazo.

Em 1974 o Ministério da Educação e Cultura criou o **Pró-Livro**, com um esquema para financiamentos, que continha falhas e durou só até 1980, porque grande parte de seus recursos estava custeando viagens ao exterior para estudar a atividade editorial estrangeira...¹⁶

A não tributação das atividades editoriais — de forma idêntica à que lembramos para os jornais — talvez barateie o livro, fazendo-o atingir a todas as camadas, adotadas as atuais formas de comercialização e outras, que a concorrência e a criatividade vierem a indicar como capazes de assegurar que os escritores difundam suas produções, chegando a públicos hoje indiferentes pela leitura.

Estamos propondo que na próxima Constituição haja um artigo, dispondo que os Municípios instalarão e manterão em suas sedes e distritos, bibliotecas públicas ou em convênios com instituições particulares, com acervo permanentemente renovado, na proporção de uma para cada trinta mil habitantes. E, também, que seriam isentas de tributos as organizações que se dedicassem, de qualquer forma e meio, à difusão do livro. É a aproximação do homem com o livro. É a facilidade de escolher, entre inúmeras obras, e conhecê-las a fundo. É mais um impulso, destinado a criar-se o gosto pelos vários gêneros literários.

As bibliotecas poderiam ser instaladas em escolas, sindicatos, associações, salões paroquiais e em outros locais. Mas é óbvio que precisarão funcionar. Os professores têm que indicar, aos alunos do colegial, temas que exijam pesquisas, impedindo, porém, que sejam meras cópias de trechos dos volumes consultados.

Talvez devamos perguntar, uma vez mais: livro dá voto? O eleitor recentemente cadastrado, porventura não teria a sua atenção despertada por uma sala para jogos, como pingue-pongue, bilhar e outros, em lugar de estantes repletas de livros?

Luiz Milanesi, referindo-se às bibliotecas municipais, afirma que elas, apesar da precariedade, têm uma procura abaixo de suas possibilidades de atendimento. Ou os serviços oferecidos são muito ruins — e então rejeitados — ou não existe a necessidade, o que é raro". E conclui que "de qualquer forma, não há notícia de mobilização popular e protesto público contra a indigência das bibliotecas, além de ser mínima a parcela da população que se utiliza delas".¹⁷

Constata-se, pela observação de Luiz Milanesi, que as populações não tomaram consciência, ainda, da importância das bibliotecas públicas. Será, então, tarefa dos educadores e dos meios de comunicação social,

mostrar o valor dos livros. Raríssimas vezes encontramos na imprensa, cartas de leitores, editoriais ou notícias reclamando contra o mau funcionamento de uma biblioteca pública, ou apontando as suas falhas. Por outro lado, não há dia em que bom espaço deixe de ser dedicado ao descumprimento de horários pelos ônibus, a críticas aos que desperdiçam água lavando seus carros nas vias públicas e a um terreno transformado em depósito de lixo. As questões culturais permanecem no plano secundário e as bibliotecas têm poucos defensores... Além das emissoras educativas, de rádio e televisão, quantas outras dedicam programas à literatura ?

Para a expansão do público de livros exige-se que eles sejam editados por baixo preço, o que se conseguirá sem as tributações que recaem sobre a maioria da matéria prima e a industrialização e comercialização e que, colocados à venda, sejam procurados pelo homem médio. Sem se esquecer de uma campanha permanente. E, se chegarem às bibliotecas o mais rápido possível após o lançamento, nelas precisarão estar logo catalogados e postos à disposição do público. De um público que precisa ser criado. Como ? Falando-se em livros nas aulas, aos pais, nas associações, na imprensa. Se o rádio e a televisão participassem do movimento com **slogans**, o grande poder de penetração de ambos auxiliaria a chegada da mensagem a todos os recantos.

Artigos, parágrafos e ítems inseridos na Constituição para 1987, serão a base do que se pretende: a democratização da informação. Tendo a Carta Magna como suporte, o restante dependerá de leis, do cumprimento delas e da mobilização total dos que se interessam pelo aumento do público que lê.

Tornemo-nos, pois, os **fiscais** dessa legislação e, acima da mentalidade vigente, ou mesmo par a par com ela, que é a de denunciar e punir, proponhamo-nos a colaborar nos setores culturais. Os resultados não serão para amanhã ou depois. Se as estatísticas de Mauro Salles mudarem dentro de dez ou quinze anos, poderemos anunciar grandes vitórias e sensacionais mudanças.

APÊNDICE

Sugestões de emendas à proposta de nova Constituição

Ao Título: Da Organização Nacional:

Artigo .À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado instituir qualquer tributo sobre o livro, o jornal e os periódicos publicados no país, incluindo a

aquisição de bens imóveis para a formação e ampliação de capital, ou destinados à construção de suas sedes, filiais e representações, a compra de papel e de qualquer material permanente e de consumo, a industrialização e a comercialização dos exemplares desses meios de comunicação social, excetuadas as contribuições devidas à previdência social.

Ao Título: Da Declaração de Direitos:

§ . É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação, independente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, que será exclusivamente de caráter classificatório para faixas etárias, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. Será nulo qualquer ato que vise proibir ou cercear a liberdade de imprensa.

Ao Título: Da Ordem Econômica e Social:

Artigo . Não será permitido o monopólio da informação por grupos econômicos e políticos.

Artigo . A lei estabelecerá facilidades para a criação e funcionamento de pequenas empresas que se dedicarem à difusão da informação por jornais e periódicos.

Ao Título: Da Família, da Educação e da Cultura:

Artigo . A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

1 — As universidades serão autônomas na elaboração dos currículos, que atenderão às necessidades gerais do país e às peculiaridades da região em que funcionarem.

II — É garantida a liberdade de cátedra.

Artigo .Atualmente, a União aplicará nunca menos de 20% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 30% no mínimo da receita resultante de impostos, exclusivamente na manutenção do ensino, não computados os gastos com o funcionalismo burocrático para o setor.

Artigo .O orçamento da União e dos Estados reservará anualmente dotações necessárias à concessão de bolsas de estudos e à cobertura dos deficits operacionais das Universidades mantidas por fundações e associações civis sem fins lucrativos.

Artigo . Os Municípios instalarão e manterão em suas sedes e distritos, bibliotecas públicas, com acervo permanentemente atualizado, na proporção de uma para cada trinta mil habitantes.

Artigo . Serão incentivadas e isentas de tributação as organizações que se dedicarem, por qualquer forma e meio, à difusão do livro.

Notas e referências

- (1) Carta ao Leitor. **Veja**. São Paulo, nº 917, 2 abr. 1985, p. 19.
- (2) **Meio & Mensagem**, São Paulo, nº 202, 14 de abril de 1986 publica à página 6, na matéria "Pacote favorece desempenho de jornais": "Nossos dois jornais bateram seus recordes de circulação nesse período, superando até mesmo eventos como a morte de Tancredo Neves, Corinthians campeão e outros", afirmou Francisco Mesquita Neto, diretor dos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Jornal da Tarde**. De acordo com ele, este mês de março foi o melhor dos últimos anos, tanto em vendas quanto em faturamento, apesar de medo sobre uma base baixa (meses anteriores, de férias). "Mas a expectativa é a de que o pacote ainda vai gerar muito consumo: é um evento com resíduo de leitura. As pessoas vão precisar de informações, e com certeza os meses seguintes serão influenciados", acrescentou. Das vendas em bancas comprando-se o mês de março/86 com o mesmo período do ano anterior, o crescimento apontado foi de 41% para o **O Estado** e de 63,3% para o **JT**. Os últimos resultados apontam ainda uma estabilização de circulação em um patamar 15% maior do que o normal anteriormente esperado, apesar de Mesquita lembrar que ainda é cedo para se fazer qualquer previsão em relação à manutenção, crescimento ou queda de leitura. Também **O Globo** sentiu este crescimento de modo expressivo: de acordo com Mário Bockman, diretor da publicação, depois dos grandes piques atingidos em março, a circulação ficou estabilizada com a soma de um residual de cerca de 36% durante os dias de semana e de 15 a 20% aos domingos. O **JB**, por sua vez, de acordo com seu diretor Sergio do Rego Monteiro, também foi beneficiado com um residual de alguma coisa perto dos 5%..."
- (3) FERREIRA DOS SANTOS, Joaquim. Uma boa notícia, os novos leitores. In: **Jornal do Brasil**, Caderno B Especial. Rio de Janeiro, 30 mar. 1986, p. 5.
- (4) Ver item 3.
- (5) Ver item 3.

- (6) SALLES, Mauro. Meios de Comunicação e Integração Nacional. In: **Comunicação e Transição Democrática** (José Marques de Melo, Org.). Série Novas Perspectivas da Comunicação. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985, p. 23.
- (7) FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1983.
- (8) PEREIRA, Moacir. **O Poder da Constituinte**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1986.
- (9) CAMPANHOLE, Adriano. **Todas as Constituições do Brasil**. São Paulo: Editora Athas, 1971.
- (10) Declaração da Independência — Constituição dos Estados Unidos da América. Rio de Janeiro, Agência de Comunicações Internacional dos EUA, s/d, p. 27.
- (11) **Cambalacho** é o tema-título de uma telenovela, de Sílvio de Abreu, lançada pela Rede Globo, em abril de 1986, que mostra cenas de estelionato, mentiras, infidelidade e um assassinato, impunes pelo menos na fase inicial em que está sendo transmitida.
- (12) MELO, José Marques de. Imprensa Comunitária no Brasil — Discussão Conceitual e alternativas para a ação. In: **Comunicação & Sociedade**, nº 2, São Paulo, Cortez & Moraes, dez. 1979.
- (13) No poste, agora só a lembrança. In: **O Estação de S. Paulo**. São Paulo, 12 jan. 1986.
- (14) HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil — Sua História**. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz Editor/EDUSP, 1985.
- (15) Ver item 15.
- (16) Ver item 15.
- (17) MILANESI, Luiz. **O que é Biblioteca**. Coleção Primeiros Passos, nº 94. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.